



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Tempo máximo para entrega da prova: 2 horas
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 8º PERÍODO - DATA: 09/06/2016.

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D

Evitaríamos muitos males se déssemos à razão o direito da última palavra.

Siga as instruções:

- Leia atentamente cada questão dessa avaliação antes de respondê-las e resolva usando caneta azul ou preta.
- Tenha bastante atenção para não rasurar o gabarito, pois a rasura implicará na anulação da resposta.
- A interpretação dos enunciados faz parte da aferição de conhecimentos e da avaliação, não cabendo, portanto, esclarecimentos adicionais durante a realização da prova.
- **DESLIGUE OS CELULARES E DEMAIS APARELHOS ELETRÔNICOS.**

Disciplina: Direito Administrativo II

Professor: Eliel Ribeiro Carvalho

Questão 01

Analise as assertivas abaixo e em seguida marque a alternativa correta:

I. Confisco é a supressão punitiva de propriedade privada pelo Estado sem pagamento de indenização.

II. O perdimento de bens é a modalidade interventiva que implica a supressão compulsória de propriedade privada pelo Estado como consequência pela prática de crime que, apesar de natureza sancionatória, há previsão legal de indenização devida pela perda da propriedade.

III. O fundamento jurídico geral que autoriza o Estado brasileiro a intervir na propriedade de particulares é o princípio da função social da propriedade estabelecido pelo artigo 5º, XXIII, da Constituição Federal.

IV. Quando da intervenção do Estado na propriedade privada, ocorre a forma não supressiva de domínio quando Estado se apropria do bem modificando a titularidade da coisa resultando na sua transformação em bem público.

- a) () Há apenas uma alternativa correta.
- b) () Há apenas duas alternativas corretas.
- c) () Há apenas três alternativas corretas
- d) () As quatro alternativas estão corretas.

Questão 02

A ação de improbidade administrativa só pode ser intentada pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada (artigo 17 da Lei 8.429/92), e tem como efeitos possíveis de sentença, EXCETO:

- a) () ressarcimento integral do dano;
- b) () perda da função pública;
- c) () cassação do direito de votar e ser votado;
- d) () multa civil

Questão 03

Janety reside em uma cidade histórica do Estado de Minas Gerais. Há anos mora em um imóvel considerado patrimônio histórico, que adquiriu de seu bisavô. Visando proteger o patrimônio cultural o Poder Público resolve tombar o referido imóvel. A princípio Janety parecia não aceitar a ideia, mas foi convencida de que o tombamento é uma forma de intervenção do Poder Público à propriedade privada com a finalidade de proteger o patrimônio cultural brasileiro. Em relação aos efeitos do tombamento, é possível afirmar que:

- a) () É vedado ao proprietário reparar, pintar ou restaurar o prédio tombado.
- b) () O bem é transformado em bem público, modificando a sua titularidade, pois obedece a forma supressiva de domínio.

- c) () Não resulta em restrições para a vizinhança do prédio tombado.
d) () O tombamento não impede o proprietário de gravar o bem livremente através de penhor, anticrese ou hipoteca.

Questão 04

Analise as assertivas abaixo e em seguida marque a alternativa correta:

- I. A desapropriação sujeita ao tipo supressivo de domínio; tem como natureza procedimento administrativo; alcança quaisquer bens e direitos e prevê uma prévia e justa indenização em dinheiro.
II. A Servidão Administrativa sujeita ao tipo supressivo de domínio; tem como natureza direito real público; alcança bens imóveis e, em regra, não indeniza.
III. A Requisição sujeita ao tipo não supressivo de domínio; tem como natureza ato unilateral; alcança propriedade privada e prevê indenização ulterior, se houver dano.
IV. A ocupação temporária sujeita ao tipo não supressivo de domínio; tem como natureza ato unilateral; alcança bens móveis e imóveis.
- a) () Há apenas uma alternativa correta.
b) () Há apenas duas alternativas corretas.
c) () Há apenas três alternativas corretas
d) () As quatro alternativas estão corretas.

Disciplina: Direito Civil – Das Coisas II

Professor: Érica Cristina Molina

Questão 05

(2005 – UFRJ - PC-DF) Valério construiu sua casa, fazendo uma sacada virada para o terreno de seu vizinho, Tomas, a uma distância de cinquenta centímetros de distância da linha divisória das duas propriedades. Três anos e dois meses depois, Tomas resolveu exigir-lhe o desfazimento da sacada, o que foi recusado por Valério. Nesse caso, pelas normas que regem o direito de vizinhança, pode-se afirmar que Tomas:

- (a) não tem o direito de exigir o desfazimento da sacada, pois o prazo legal de um ano e um dia já se expirou.
(b) não tem o direito de exigir o desfazimento da sacada, pois o prazo legal de três anos já se expirou.
(c) ainda tem o direito de exigir o desfazimento da sacada, pois o prazo legal é de cinco anos.
(d) não tem o direito de exigir o desfazimento da sacada, pois a distância permitida em lei é exatamente de cinquenta centímetros.

Questão 06

(2014 - BIO-RIO – EMGEPRON) Eleuterio é condômino do imóvel YY juntamente com Eleusina e Sueli, suas primas. Um dos condôminos pretende gravar sua parte ideal com o intuito de obter um empréstimo que necessita de garantia imobiliária. Nos termos do Código Civil, o gravame da parte ideal no condomínio é:

- (a) possível de acordo com a vontade unilateral do condômino.
(b) somente aceitável consoante o acordo dos demais condôminos.
(c) aceitável pela vontade da maioria dos condôminos.
(d) rejeitada por não ser possível gravar parte de imóvel em condomínio.

Questão 07

(2009 – VUNESP - TJ-SP) Assinale a alternativa correta.

- (a) A existência de outro acesso não impede a passagem forçada.
- (b) Passagem forçada e servidão de trânsito destinam-se a tornar mais fácil o acesso a via pública.
- (c) Servidão de passagem está relacionada a prédio encravado e é presumida.
- (d) Passagem forçada e servidão de trânsito implicam restrição ao direito de propriedade e decorrem, a primeira, da lei, a segunda, de manifestação de vontade.

Questão 08

(2014 – FGV) Luiz e Gerson nasceram no bairro X e são amigos de longa data. Ao constituírem família, decidiram continuar morando no mesmo bairro, tornando-se vizinhos. Tudo corria bem até que alguns problemas começaram a ocorrer entre os vizinhos. A respeito do direito de vizinhança, assinale a opção correta.

- (a) Se houver uma árvore no terreno de Gerson e suas raízes e ramos começarem a invadir o terreno de Luiz, este poderá cortá-la até o ponto divisório, devendo restituir ao vizinho os frutos que caírem em seu terreno.
- (b) Se o prédio de Gerson não tiver acesso à rua, poderá ele, mediante pagamento de indenização, forçar o vizinho a constituir uma servidão de passagem.
- (c) Se não for mais possível determinar onde começa o terreno de Luiz e onde acaba o terreno de Gerson, um pode exigir do outro que proceda, com ele, à demarcação entre os dois terrenos e os limites serão determinados de acordo com a posse justa.
- (d) Gerson está obrigado a aceitar que Luiz, independente de aviso prévio, entre em seu terreno para buscar suas coisas, bem como quando for necessário realizar limpeza do muro divisório.

Disciplina: Responsabilidade Civil

Professor: Ronaldo Carvalho

Questão 09

TSUNAMI, cansada da rotina e dos empregos enfadonhos fora admitida pela empresa de rações MULTIMILK LTDA, para desempenhar uma função inusitada. As funções de TSUNAMI consistiam em experimentar rações e conferir o odor dos alimentos também. Apesar de o paladar dos cachorros ser bastante diferente do paladar dos seres humanos, é preciso realizar esse tipo de checagem para verificar a qualidade do material. Vale destacar que TSUNAMI venera muito seu trabalho. Contudo, TSUNAMI fora vítima de uma invejosa colega de trabalho, que lhe imputou desarrazoadamente o furto de alguns sacos de ração Premium sabor picanha para consumo próprio. Tal fato vilipendiou a imagem e reputação de TSUNAMI. Pretende TSUNAMI ingressar com indenização pelo dano moral sofrido. Sabe-se, contudo, que o dano moral para ser mensurado demanda a análise de certos critérios. Ante o exposto, é correto afirmar que:

- a- () Por se tratar de calúnia, o valor da indenização pelo dano moral é previamente fixado em 200 (duzentos) salários mínimos, consoante estabelece o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei n. 4.117, de 27-8-1962).
- b- () Por se tratar de difamação, o valor da indenização pelo dano moral é previamente fixado em 100 (cem) salários mínimos, consoante estabelece o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei n. 4.117, de 27-8-1962).
- c- () Para a fixação do valor devido à título de indenização de danos morais, deve-se levar em conta a capacidade econômica do agente, seu grau de culpa ou dolo, a posição social ou política do ofendido e a intensidade da dor sofrida por este.
- d- () O dano moral deve ser certo, determinado, tal qual o dano material.

Questão 10

LIVIANA, moradora do Município de Trás dos Montes, andava com sua bicicleta em uma via que não possui acostamento, próxima ao centro da cidade, quando, de forma repentina, foi atingida por um ônibus de uma empresa concessionária de serviços públicos de transportes municipais. Após o acidente LIVIANA teve as duas pernas quebradas e ficou em casa, sem trabalhar, e em gozo de auxílio-doença, por cerca de dois meses. Pretende LIVIANA buscar a reparação pelos danos sofridos. Diante a situação narrada pode-se afirmar que:

- a) LIVIANA não precisará provar a culpa da concessionária, ainda que não seja usuária direta do serviço de transporte público.
- b) LIVIANA deverá provar a culpa da concessionária a fim de lograr êxito em sua demanda.
- c) LIVIANA não logrará êxito em sua demanda uma vez que não era usuária direta do serviço de transporte público.
- d) LIVIANA não precisará provar a culpa da concessionária, mas necessitará demonstrar que era usuária direta do serviço de transporte público.

Questão 11

No tocante à responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta:

- a) A previsão constitucional que estabelece a responsabilidade objetiva pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros refere-se à responsabilidade contratual e extracontratual do Estado.
- b) Tratando-se de responsabilidade por dano nuclear, é inaplicável a excludente que consiste na culpa exclusiva da vítima para afastar o dever de indenizar.
- c) Em se tratando de responsabilidade fundada no risco administrativo, para a configuração do nexo causal, dever ser investigados os elementos subjetivos do dolo ou da culpa do agente público.
- d) A clássica diferenciação entre fortuito externo e interno perdem relevância para a teoria do risco administrativo, já que não configuram excludentes de responsabilidade.

Questão 12

Ricardo, buscando evitar um atropelamento, realiza uma manobra e atinge o muro de uma casa, causando um grave prejuízo.

Em relação à situação acima, é correto afirmar que Ricardo

- a) não responderá pela reparação do dano, pois agiu em estado de necessidade.
- b) responderá pela reparação do dano, apesar de ter agido em estado de necessidade.
- c) responderá pela reparação do dano, apesar de ter agido em legítima defesa.
- d) praticou um ato ilícito e deverá reparar o dano.

Disciplina: Direito Processual Civil IV

Professor: Laurinéia Borges

Questão 13

Sobre os elementos da sentença assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O CPC exige que a sentença seja composta por três partes bem diferenciadas: relatório, motivação e dispositivo.
- b) O relatório é a parte inicial da sentença, na qual o juiz de forma resumida, descreve o que se passou no processo desde o principio.
- c) Os motivos (motivação) são apenas os fundamentos de direito sob os quais o juiz apoiara sua decisão.
- d) A falta de fundamentação é causa de nulidade da sentença.

Questão 14

Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.

O texto acima diz respeito

- a) Sentença de improcedência de plano
- b) Sentença terminativa do feito
- c) Sentença extra petita
- d) Sentença infra petita

Questão 15

Sobre os recursos, assinale a alternativa *incorreta*:

- a) Os recursos são interpostos na mesma relação processual.
- b) Os recursos têm por finalidade modificar, invalidar, esclarecer ou complementar a decisão.
- c) A interposição de recurso impede ou retarda a preclusão ou a coisa julgada.
- d) Como regra geral é possível inovar nos recursos.

Questão 16

A ----- ocorre quando a sentença judicial se torna irrecorrível, ou seja, não admite mais a interposição de qualquer recurso. Tem como objetivo dar segurança jurídica às decisões judiciais e evitar que os conflitos se perpetuem no tempo. A ----- ocorre quando a sentença não pode ser alterada dentro do mesmo processo. Neste caso a parte pode entrar com uma nova ação.

O texto acima diz respeito

- a) Coisa julgada material
- b) Coisa julgada formal
- c) Sentença de improcedência de plano
- d) Sentença terminativa do feito

Disciplina: Direito Processual Tributário

Professor: Laurinéia Borges

Questão 17

Provas: CESGRANRIO - 2013 - BNDES - Profissional Básico - Direito

A Empresa PAPEL CHIC Ltda. vende diretamente a consumidores finais ou clientes artigos de papelaria em diversos estabelecimentos comerciais ou filiais localizadas na capital do Estado Y, Brasil, resultando, com isso, na obrigatoriedade de recolher ICMS, com base nas operações relativas à circulação de mercadorias.

Isso posto, o dever de antecipar o pagamento do aludido ICMS devido pelo contribuinte em questão, sem prévio exame da autoridade administrativa, operando-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade do contribuinte, expressamente o homologa, enquadra-se na modalidade de lançamento tributário

- a) direto
- b) por declaração
- c) por homologação
- d) por arbitramento

Questão 18

Provas: OFFICIUM - 2012 - TJ-RS - Juiz

A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva. A prescrição **NÃO** se interrompe

- a) pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.
- b) pelo lançamento, notificado pessoalmente o sujeito passivo.
- c) por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.
- d) por qualquer ato judicial que constitua o devedor em mora.

Questão 19

Provas: CESPE - 2010 - OAB - Exame de Ordem - 3 - Primeira Fase

No que se refere à prescrição e à decadência no direito tributário, assinale a opção correta.

- a) A citação válida do devedor em ação de execução fiscal interrompe a decadência tributária.
- b) A fazenda pública dispõe do prazo de cinco anos, contados do fato gerador, para cobrar crédito tributário.
- c) A prescrição nunca se interrompe, sendo computada continuamente, desde seu termo inicial.
- d) Para os tributos sujeitos a lançamento por declaração e de ofício, o direito da fazenda pública de constituir seu crédito tributário extingue-se em cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

Questão 20

Provas: TJ-PR - 2012 - TJ-PR - Assessor Jurídico

Sobre isenção e anistia, assinale a alternativa correta.

- a) A isenção abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.
- b) A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, observado o disposto no Código Tributário Nacional.
- c) A isenção, mesmo quando concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições.
- d) A anistia, mesmo quando concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições.